

Evaldo Cabral
de Mello

O bagaço da cana
*Os engenhos de açúcar
do Brasil holandês*

PENGUIN



COMPANHIA DAS LETRAS

Copyright © 2012 by Evaldo Cabral de Mello

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Penguin and the associated logo and trade dress are registered and/or unregistered trademarks of Penguin Books Limited and/or Penguin Group (USA) Inc. Used with permission.

Published by Companhia das Letras in association with
Penguin Group (USA) Inc.

PROJETO GRÁFICO PENGUIN-COMPANHIA
Raul Loureiro, Claudia Warrak

PREPARAÇÃO
Célia Euvaldo

REVISÃO
Huendel Viana
Arlete Zebber

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Mello, Evaldo Cabral de,

O bagaço da cana: os engenhos de açúcar do Brasil holandês/ Evaldo Cabral de Mello. — 1ª ed. — São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012.

ISBN 978-85-63560-46-9

1. Brasil — História — Domínio holandês 2. Brasil, Nordeste — História. 3. Cana-de-açúcar — Brasil — História 4. Engenhos de açúcar — Brasil — História 1. Título.

12-02993

CDD-981

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil: Engenhos de açúcar: História 981

[2012]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500 Fax: (11) 3707-3501

www.penguincompanhia.com.br

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

Sumário

As fontes	9
Antes dos holandeses	18
Os desastres da guerra	31
Euforias nassovianas	36
O grande calote	43
Os engenhos de açúcar do Brasil holandês	57
I. Capitania de Pernambuco	57
II. Capitania de Itamaracá	145
III. Capitania da Paraíba	156
IV. Capitania do Rio Grande	169
<i>Notas</i>	173
<i>Abreviaturas</i>	194
<i>Glossário</i>	197
<i>Distribuição geográfica dos engenhos de açúcar</i>	199
<i>Índice dos engenhos</i>	200
<i>Índice dos senhores de engenho</i>	203

As fontes

Como o bagaço da cana, este cadastro é também um sub-produto, no caso, das pesquisas do autor sobre o Brasil holandês. Ao remeter ao rés do chão da atividade açucareira, ele constitui antes obra de compilador ou de anti-quário de província do que de historiador, podendo, contudo, ser útil ao estudioso não só do domínio batavo mas da economia canavieira do Nordeste oriental na primeira metade do século xvii. Economia que se inscreve na fase inicial da expansão colonial do Atlântico, desde a implantação das primeiras fábricas na Madeira e nas Canárias em finais do século xv até a crise do preço do açúcar em meados do xvii. Altura em que incrementos substanciais de escala produtiva abriram uma nova fase na história do produto, com a ascensão das colônias inglesas e francesas das Antilhas, a começar por Barbados.

As fontes em que se baseia a presente compilação têm origem luso-brasileira e neerlandesa. Pela riqueza da informação, elas representam um corpus documental sem paralelo na história do Brasil colonial. Os primeiros textos correspondem ao período *ante bellum*, consistindo nas denúncias e confissões relativas à visita inquisitorial de 1593-5; na relação dos engenhos elaborada em 1609 por Diogo de Campos Moreno; e na lista de 1623 preparada por José Israel da Costa. Tais documentos podem ser complementados, neste ou naquele ponto,

pelos processos inquisitoriais referentes a Pernambuco, ora no acervo do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa), ora pelas denúncias e confissões da Bahia, que incluem material relativo a Pernambuco. Subsidiariamente, existem as fontes luso-brasileiras de índole administrativa como os “Livros das saídas das urcas do porto do Recife (1595-1605)”, a “Relação de Ambrósio de Siqueira da receita e despesa do Estado do Brasil (1605)”, ambas reveladas por J. A. Gonsalves de Mello; a correspondência do governador-geral Gaspar de Souza (1612-6), que permaneceu boa parte da sua administração em Olinda; os livros primeiro e segundo do governo do Brasil; a relação dos engenhos preparada em 1655, à raiz da restauração do Nordeste; e alguns documentos publicados por estudiosos da terra. Mencionem-se também as crônicas luso-brasileiras que versaram as guerras holandesas, como *O valeroso Lucideno*, de frei Manuel Calado, e a *História da guerra de Pernambuco*, de Diogo Lopes de Santiago. Cabe aludir também à *Nobiliarquia pernambucana*, redigida em meados do século XVIII por A. J. V. Borges da Fonseca.

As fontes neerlandesas abrangem antes de tudo os cadastros elaborados entre 1635 e 1639, relativos a áreas específicas, como os relatórios de Servaes Carpentier (1635) e de Elias Herckman (1639) sobre a Paraíba, o de Willem Schott (1636) sobre as freguesias do sul do atual estado de Pernambuco e o de J. van Walbeck e H. de Moucheron sobre Alagoas (1643). Mas compreendem também todo o Brasil holandês, como o “Breve discurso sobre o estado das quatro capitanias conquistadas” (1637) e o relatório de Adriaan van der Dussen (1639). A cartografia de Markgraf e de Golijath permite localizar os engenhos e até registra uns poucos que não constam dos relatórios. Por fim, pode-se recorrer às atas do governo holandês do Recife; às listas dos devedores da WIC (1645 e 1663); às obras de funcionários da empresa

como Johannes de Laet, Johan Nieuwhof e Pierre Moreau; à relação de viagem do Recife a Alagoas, de Adriaan van Bullestrate (1642); e a folhetos holandeses da época como “A bolsa do Brasil” (1647).

A bibliografia subsidiária compreende em primeiro lugar os trabalhos de J. A. Gonsalves de Mello, a quem se deve o esforço mais amplo e sistemático de divulgação da documentação histórica pernambucana alusiva ao sistema açucareiro, tarefa que encetou nos anos 1940, quando se dispunham apenas das pesquisas de F. A. Pereira da Costa quase meio século antes. Posteriormente, surgiram as contribuições de Olímpio Costa Júnior, Manuel Diégues Júnior, Gil de Metódio Maranhão, Fernando Pio dos Santos, Joaquim de Sousa-Leão Filho, Rachel Caldas Lins e Gilberto Osório de Andrade e, ultimamente, de Regina Célia Gonçalves. A procedência de todas as informações utilizadas nesta compilação constam das notas correspondentes a cada engenho.

As *Denúncias de Pernambuco* e I, em bem menor escala as *Confissões de Pernambuco* II, bem como o acervo da Inquisição de Lisboa permitem compor a lista dos senhores de engenho em 1593-5, alguns deles proprietários de mais de uma fábrica. Em 1585, o padre Anchieta referia a existência de 66 engenhos, cifra que coincide basicamente com a de Domingos Abreu de Brito pela mesma época. Na documentação inquisitorial, muitas fábricas são mencionadas exclusivamente pelo nome do dono, mas o escriba do Santo Ofício (cuja magnífica caligrafia o torna credor da gratidão dos pesquisadores) teve o cuidado de acrescentar certas qualificações com vistas à identificação e posterior interrogação de acusados ou de testemunhas citadas. A primeira dessas qualificações é a da freguesia onde se situava o engenho, mas o funcionário podia ser mais explícito, registrando ademais o local específico no interior dela. Ocorria também dupla homonímia: se Agostinho de Holanda designava seu engenho

de Santo Agostinho, nome do orago, seu feitor o chamava Subipema. A grafia era também volátil: Subipema transforma-se em Supupema nas fontes holandesas. Observe-se também que, em muitos casos, os engenhos são designados apenas por “fazendas” ou “terras”, em função da sinonímia prevalecente entre fazenda, terras e engenho. A palavra “engenho” denotará posteriormente o conjunto consistente na fábrica e no fundo territorial, mas em 1593-5 reportava-se somente à fábrica ou ao que depois ficaria conhecido por “moita”, isto é, casa de moenda, casa de caldeira e casa de purgar. Os vocábulos “fazenda” e “terras” correspondiam por sua vez ao fundo territorial. Daí a menção, por exemplo, ao “engenho da fazenda de Fernão Soares”; ou a identificação de certo depoente como “purgador do engenho da mesma fazenda”.

De 1593-5 a 1655, sucedem-se, grosso modo de quinze em quinze anos, novas listas de proprietários, a começar pela “Relação das praças-fortes, povoações e coisas de importância que Sua Majestade tem na costa do Brasil”, concluída em 1609 por Diogo de Campos Moreno, sargento-mor do Estado do Brasil, como preparação para o seu “Livro que dá razão do Estado do Brasil” (1612). A “Relação”, que jazia ignorada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, foi divulgada e anotada por Gonsalves de Mello na *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, LVII (1984). O documento enumera 81 engenhos nas capitânicas de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba, referindo a localização e o proprietário de cada um deles. O rol de Campos Moreno, utilizado por Rodrigo Ricupero em seu recente trabalho sobre a formação da elite colonial, baseou-se certamente em documentos de natureza fiscal, possivelmente incompletos ou inatuais, uma vez que na “Razão do Estado do Brasil” o sargento-mor aludirá a 113 engenhos: noventa em Pernambuco, dez em Itamaracá, doze na Paraíba e um no Rio Grande do Norte.

O terceiro levantamento disponível data de 1623 e foi igualmente editado por Gonsalves de Mello. Trata-se da relação dos engenhos de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba, elaborada por José Israel da Costa, sob a forma de memorial dirigido ao governo neerlandês, o qual, embora datado de 1636, contém informações relativas a treze anos antes. José Israel da Costa anotou minuciosamente a capacidade de produção de cada fábrica em termos de açúcar macho, isto é, branco e mascavado, e de retame; e a fidedignidade das suas informações pode ser comprovada, como fez Gonsalves de Mello, mediante a comparação com os dados do relatório de Willem Schott, já no período holandês.

À lista de José Israel da Costa, que enumera 137 engenhos, seguem-se os relatórios produzidos por autoridades holandesas nos anos 1630. O “Breve discurso sobre o estado das quatro capitanias conquistadas” foi preparado ao cabo do primeiro ano de governo do conde de Nassau, e o “Relatório sobre o estado das quatro capitanias conquistadas no Brasil”, de autoria de Adriaan van der Dussen, membro do Alto Conselho do Brasil Holandês, dois anos depois. Uma comparação desses textos deixa a impressão de que o “Breve discurso” optou por ignorar as fábricas que em 1637, quando da sua redação, estavam arruinadas ou destruídas, ao passo que Van der Dussen computou-as todas, independentemente da sua situação real. Em 1634 o relatório de Johan van Walbeeck calculara existirem “mais de 150 engenhos”. Embora as informações corográficas aí contidas pareçam estar baseadas no relatório de Adriaan Verdonck (1630), este dera um mínimo de 136 engenhos e um máximo de 145. Contudo, em 1636, já se falava nos Países Baixos no total de 160 engenhos para as quatro capitanias conquistadas, a que também alude Chrestofle Arciszewski em carta a Nassau no ano seguinte. Cifra que será praticamente confirmada pelo relatório de Van der

Dussen, que contém 166 fábricas, das quais cumpre deduzir umas poucas, por dupla contagem.

Restaurado o Nordeste, elaborou-se em 1655 o “Traslado do rendimento das pensões, redízima e vintena e outras coisas mais que esta capitania de Pernambuco pagava ao donatário d. Miguel de Portugal”. O trabalho escorou-se nos esclarecimentos prestados pelas autoridades luso-brasileiras sobre o montante da pensão paga pelos engenhos da capitania aos antigos donatários, tendo em vista que, incorporado Pernambuco ao patrimônio da Coroa, o tributo reverteu ao erário régio. O “Traslado” é, assim, uma fonte de interesse primordialmente fiscal, que, contudo, permite aquilatar o grau de destruição que a guerra da restauração infligira ao sistema açucareiro. Infelizmente, devido à evacuação do norte de Pernambuco e também das capitanias de Itamaracá, Paraíba e Rio Grande do Norte em 1646, ao iniciar-se a nova fase do conflito, o documento não arrola os engenhos daquela área, limitando-se às fábricas compreendidas entre a ribeira do Capibaribe (Várzea e São Lourenço) e as Alagoas, no total de 109.

Os elementos aqui compilados dizem respeito à localização das fábricas; aos oragos das suas capelas; à força motriz (água-animal); ao número de moendas; à época da fundação do engenho; à sua alienação por herança e compra e venda, e pelo confisco e revenda por parte das autoridades neerlandesas; aos preços e condições de pagamento das unidades revendidas; ao montante da pensão paga outrora ao donatário, a qual passou a ser cobrada pela WIC; à gestão e ao arrendamento de engenhos e partidos de cana; à capacidade das unidades produtivas; ao número de lavradores de cana e à produção dos seus partidos; ao endividamento dos senhores de engenho à Companhia das Índias Ocidentais; à destruição de canaviais e de fábricas em decorrência de operações bélicas; ao absenteísmo dos proprietários etc. A carên-

cia básica dessa documentação reside na falta de informações sobre a mão de obra escrava e outras categorias de dados, carências que desaconselham sua utilização acrítica. Tanto o “Breve discurso” quanto o relatório de Van der Dussen foram elaborados num período de reorganização do sistema produtivo afetado pelos anos de guerra e, por conseguinte, de imprecisão e incerteza quanto aos meios de que efetivamente dispunham os engenhos. Àquela altura, muitos deles ainda não haviam conseguido refazer seus quadros de lavradores, parte dos quais abandonara o Brasil holandês, ao passo que outra não se achava em condições de renovar seus contratos de fornecimento.

Nesta compilação, os nomes pelos quais são arrolados os engenhos do Brasil holandês equivalem via de regra aos que constam do relatório de Van der Dussen, a menos que ele o tenha omitido. A grafia foi devidamente corrigida. Aliás, a nomenclatura de Van der Dussen não coincide rigorosamente nem com a dos demais relatórios nem com a dos mapas de Markgraf e Golijath. Adotou-se também a sequência em que Van der Dussen enumerou os engenhos em relação a cada distrito, mas não a que utilizou no conjunto do relatório, preferindo-se começar pela Várzea do Capibaribe, que constituiu o núcleo principal do sistema açucareiro de toda a região, embora as primeiras fábricas construídas em meados do século XVI o tenham sido na vizinha várzea do Beberibe e em Igaráçu.

No início da colonização, recorrera-se por motivos fiscais ao costume madeirense de designar a fábrica e a fazenda pelo nome do proprietário. Quando ele possuía mais de um engenho, a distinção era cronológica: “engenho Velho” e “engenho Novo” de fulano de tal. A prática caiu em desuso ao acelerar-se a transmissão por herança ou por compra e venda, sobretudo durante o período holandês, quando o confisco e a revenda pro-

moveram a renovação substancial dos quadros açucarcários. Generalizou-se assim o costume de designar os engenhos consoante o orago da capela ou o topônimo indígena, a que já se recorria no cotidiano do período *ante bellum*. É nos documentos oficiais que a designação pelo nome do proprietário resiste por mais tempo, em consequência da natureza fiscal desses textos. Só nas fontes holandesas é que prevalece o nome do orago ou o topônimo indígena, geralmente o do rio ou riacho em cujas margens localizara-se a fábrica.

Cumprе mencionar igualmente as fontes de que dispõe o historiador que desejar reconstituir o endividamento dos colonos do Brasil holandês. A primeira é a “Generale staet van de Geoctroyeerde West Indische Compagnie getrokken uit de balance van de generale boecken gesloten ultimo Dec. 1645”, existente no Arquivo Geral do Reino (Haia), Oude WIC, maço n. 62 (1646). Trata-se do balanço da WIC no Brasil a 31 de dezembro de 1645, ou seja, seis meses decorridos da insurreição luso-brasileira, que liquidara o domínio batavo no interior, relegando-o ao Recife e às demais praças-fortes litorâneas. A segunda fonte é a “Lista dos devedores portugueses da neerlandesa Companhia das Índias Ocidentais”, elaborada pela direção da empresa em 1663, na esteira do tratado de paz entre Portugal e os Países Baixos (1661), o qual previra a indenização das dívidas contraídas pela comunidade luso-brasileira com a WIC, quer dívidas comerciais correntes, relativas sobretudo à aquisição de mão de obra africana e ao financiamento das safras, quer dívidas de maior prazo pertinentes à aquisição dos engenhos confiscados aos donos de origem portuguesa que haviam abandonado o Nordeste à raiz da sua perda. Na mesma oportunidade, a direção da WIC preparou uma “Lista dos engenhos vendidos” a cidadãos dos Países Baixos, “cujos preços, no todo ou em parte, ainda não foram pagos”. A lista dos devedores portugueses foi impressa

inicialmente nas *Publications of the American Jewish Historical Society*, em 1934. J. A. Gonsalves de Mello o traduziu com base no original pertencente à Historical Society, da Pensilvânia, publicando-o como o apenso II ao *Relatório sobre as capitanias conquistadas no Brasil pelos holandeses* (1639), de autoria de Adriaan van der Dussen (Rio de Janeiro, 1947, pp. 149-57). No mesmo volume, Gonsalves de Mello divulgou a “Lista dos engenhos vendidos” a cidadãos neerlandeses, extraída das atas do Conselho dos XIX correspondentes a 1663, também em poder da *Historical Society* (ibid., pp. 157-61).

No final desta compilação, encontram-se os índices de nomes de engenho e de senhores de engenho que habilitarão os estudiosos a cruzar as informações relativas, entre outras, aos detentores de mais de uma fábrica, donde as inevitáveis repetições dos verbetes. Relativamente a vários proprietários listados em 1593-5, 1609 e 1623, não foi possível identificar os respectivos engenhos.